TRABALHO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Henrique Rattner*

Resumo

O desenvolvimento econômico ecológico tem-se processado de forma reducionista; as propostas apontadas tanto por governos quanto pelos economistas tendem a adotar soluções inadequadas por serem de alcance limitado e excludente de amplas camadas da população, e trazerem conseqüências calamitosas para a utilização dos recursos econômicos e para o meio ambiente.

O texto aponta algumas soluções para reverter este processo, tais como: utilização de uma abordagem sistêmica e interdisciplinar, prática permanente do pluralismo democrático, e busca do equilíbrio entre a função de planejamento e coordenação e o espaço vital para a criatividade individual e coletiva.

Sobre o novo paradigma técnico-econômico o texto enfatiza que a "eficiência coletiva" de grupos e organizações torna-se mais importante que o desempenho competitivo individual.

* Da FEA/USP e Nama.

PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Nº 11 - JUN/DEZ DE 1994

Este ensaio enfatiza a educação como processo de formação de atitudes e valores fundamentais para a auto-realização do indivíduo. Postula-se a necessidade de desenvolver uma concepção e práticas educacionais inovadoras, em função das tendências tecnológicas e econômicas da sociedade industrial. Enfatiza também a necessidade de buscar a "eficiência coletiva" na educação estimulando a observação, interpretação, avaliação e extrapolação em todos os membros do grupo, que, por sua vez, induzem à cooperação e à solução de problemas comuns, à utilização de tecnologias "apropriadas" e/ou à criação de tecnologias culturalmente compatíveis com a realidade e as tradições e ao reforço da solidariedade que, também por sua vez, induzem à autonomia e à sustentabilidade.

O ensaio indica a globalização como resposta aos problemas ambientais, populacionais, da miséria e da opressão, cuja superação exige esforços de cooperação em nível internacional.

Questiona-se o significado de 'desenvolvimento sustentável' em um mundo tão contraditório, em que a opulência e o desperdício coexistem com a miséria e a alienação.

A história das últimas décadas mostrou que o crescimento econômico não leva, necessariamente, à redução da pobreza, sobretudo quando combina uma distribuição flagrantemente desigual do produto social com o uso predatório e devastador dos recursos naturais.

Ao findar o século e após o desmoronamento dos sistemas políticos fundamentados na centralização burocrática, a ideologia triunfante do capitalismo neoliberal proclama as virtudes da concorrência e da produtividade, enquanto a cada dia fica mais patente o imperativo de cooperação, em todos os níveis, como condição *sine qua non* da sobrevivência e, portanto, da "sustentabilidade' da espécie humana.

O desenvolvimento sustentável postula e exige não somente uma racionalidade econômica alternativa, baseada no planejamento de tecnologias e produtos alternativos, mas também uma racionalidade social alternativa, refletida na educação, no trabalho e em padrões de organização e administração diferentes.

Para superar as contradições e conflitos de nossa civilização urbano-industrial — em que prevalece uma distribuição insustentável — não bastam modelos econômicos e leis ambientais mais racionais. A racionalidade social não pode ser reduzida a meras funções econômicas, técnicas ou ambientais, por estarem essas mesmas funções produtos de interesses e ações sociais contraditórios e conflitivos. Para alcançar o estado almejado de sustentabilidade do sistema, tornam-se necessários novos padrões de conduta, normas e valores politicamente construídos e consensuados, tendo como base e suporte a reestruturação do processo de trabalho, do sistema educacional e as conseqüentes mudanças nas relações sociopolíticas.

1 Os Desafios do Desenvolvimento

Para contextualizar a problemática do desenvolvimento sustentável, é conveniente iniciar a análise com as tendências contraditórias e freqüentemente paradoxais em nossa sociedade contemporânea. É

comum encontrar pronunciamentos sobre a crise econômica, política, moral, etc., mas sabemos que uma época de crise é também, além de momento de transformação de normas e padrões tradicionais, uma oportunidade de renovação e superação de barreiras. Senão, vejamos:

O produto mundial (GWP) passou de US$ 20 trilhões — um volume de bens e serviços nunca antes alcançado na história. Mas o número de pessoas que vivem abaixo do nível de pobreza atinge um quinto da humanidade. Neste século, os conhecimentos científicos avançaram em progressão contínua, mas também aumentou o número de analfabetos. As inovações tecnológicas permitiram pousar na lua e desvendar os segredos do átomo e do ADN, mas não foram capazes de evitar as epidemias e de reduzir as altas taxas de mortalidade infantil. Enquanto assistimos a movimentos e negociações visando à internacionalização e à globalização, verificamos também a fragmentação de espaços políticos e o ressurgimento de tensões e conflitos étnicos, religiosos e nacionais.

Desempregados, famintos e desabrigados são encontrados em números crescentes, nos países desenvolvidos e nos "em desenvolvimento". Mas mesmo aqueles afortunados que conseguem manter-se empregados interrogam-se sobre seu futuro profissional e o "significado" daquilo que estão fazendo. Constituem agravantes e conseqüências da crise a escassez crescente de recursos naturais e a degradação progressiva do meio ambiente.

A crise econômica, as perseguições e os conflitos étnicos e religiosos levam milhões de pessoas a fugir ou emigrar de sua terra nativa, em busca de condições de sobrevivência. Em todas as sociedades, as pessoas se tornam irriquietas, ansiosas, frustradas ou revoltadas diante da falta de perspectivas e da incapacidade dos governos para atender suas expectativas de bem-estar. Por outro lado, em muitas sociedades o Estado perdeu o monopólio do poder coercitivo para grupos armados envolvidos no tráfico de drogas, de armas ou em exploração de jogos ilegais.

Entre os efeitos sociais mais marcantes desses processos desestruturadores destaca-se a percepção de uma situação de caos, de insegurança, de perda de identidade e, com esta, o enfraquecimento da solidariedade social.

O individualismo inspirado por doutrinas econômicas e exacerbado pelos apelos à competitividade e à conquista de novos mercados tem efeitos desestruturadores não somente nas organizações e comunidades tradicionais, mas também na própria personalidade dos atores sociais submetidos a pressões psicológicas e econômicas incontroláveis.

Como enfrentar essa situação em termos de seu equacionamento teórico e conceitual, capaz de levar à formulação de políticas e diretrizes para a intervenção racionalizadora que postula a precedência do bem comum e da causa pública face aos interesses particulares?

Sem uma percepção do todo, é difícil definir quais dos seus elementos são realmente relevantes e, certamente, será impossível compreender as inter-relações entre as partes no conjunto ou sistema.

Os economistas continuam a insistir no uso de modelos e indicadores macroeconômicos como orientação para o crescimento econômico, apesar das amargas evidências colhidas sobre sua inadequação e freqüente mistificação com relação à distribuição de renda efetiva. As análises que se concentram nas propostas de inovação tecnológica como alavanca do crescimento também tendem a ignorar que as tecnologias são controladas por organizações poderosas que buscam maximizar o retorno sobre seu investimento. Por outro lado, mesmo a existência da transferência de *know-how* não significa, necessariamente, uma distribuição mais eqüitativa do produto gerado.

Da mesma forma, o clamor e a militância das organizações não-governamentais pela proteção ao meio ambiente e a prevenção de acidentes e desastres ecológicos não têm ultrapassado, com poucas exceções, o limiar de reivindicações ecológicas no sentido estrito, não conseguindo, por isso, uma mobilização verdadeira da população em busca de condições mais sustentáveis para a sociedade.

As análises convencionais que encontramos nos documentos e pronunciamentos oficiais referentes ao desenvolvimento sustentável evitam explicitamente aspectos fundamentais do contexto e das tendências da sociedade contemporânea: a globalização da economia, cujos impactos permeiam todas as esferas da vida social e

cultural, e a distribuição assimétrica crescente de poder, informação e bens materiais e simbólicos, entre os países e no seu interior.

Disso se infere que o reducionismo ecológico ou econômico, aplicado aos problemas do desenvolvimento, constitui mais uma falácia, com sérias implicações para a mobilização e ação políticas daquelas camadas da população que estão mais afetadas pela situação calamitosa da economia e do meio ambiente. Assim, a abordagem sistêmica e interdisciplinar é condição *sine qua non* para qualquer avanço na equação e nas eventuais respostas aos desafios do desenvolvimento.

II Sobre a Perspectiva Sociopolítica

Diante do movimento tentacular da globalização e do desmoronamento do império soviético, os porta-vozes apressados do neoliberalismo proclamam a superioridade do sistema de livre mercado, supostamente mais eficiente na alocação de recursos e no atendimento de gostos e preferências diversificados dos consumidores. Sem pretensão de um julgamento antecipado da história, fica patente, todavia, que os dois sistemas que marcaram profundamente este século fracassaram, embora por motivos diferentes, em suas tentativas de assegurar estabilidade sociopolítica e econômica nas respectivas sociedades.

Levando a divisão técnica do trabalho ao paroxismo (Taylor-Fayol), o sistema de produção em massa de produtos padronizados deixou pouco espaço para a criatividade individual, do que resultou uma alienação quase total dos trabalhadores. A racionalidade funcional do mercado, assegurando a liberdade individual via competição, se averigúa como mistificação à luz dos números crescentes de desempregados e deserdados, enquanto o controle exercido pelas grandes organizações complexas — privadas e públicas, nacionais e estrangeiras — sobre a mídia que manipula gostos e preferências, sufoca as tênues manifestações de pluralismo cultural e político.

Mas é exatamente neste aspecto que se encontra a razão do fracasso de sistemas regidos por um Estado centralizador que vise superar via planejamento as contradições e imperfeições do mercado, em nome de uma racionalidade substantiva, afirmando a "igualdade"

de todos. Postulando o determinismo das forças produtivas, as sociedades que adotaram o socialismo "real" inviabilizaram toda e qualquer pluralidade e levaram a alienação e o desencantamento a todos. Legitimado pelo progresso técnico e pela ética igualitária, o regime "socialista" considera as diferenças individuais ilegítimas e contrárias ao sistema, revelando assim sua aversão ao pluralismo e à liberdade, tal qual no regime de livre mercado, embora em grau distinto e para estratos sociais diferentes, cada vez mais polarizados.

Não se devem confundir certos padrões de descentralização, privatização, desregulação e concorrência selvagem com democracia econômica, sem dúvida; preços e votos podem constituir-se em sinais eficientes para corrigir decisões tomadas pelas empresas e/ou pelo governo. Contudo, o futuro da humanidade (nosso futuro comum) depende da aceitação plena e da prática permanente do pluralismo democrático, em que há intercâmbio e confrontação de idéias, aspirações e visões de mundo diferentes, sempre referidas aos problemas e ao contexto atuais.

Posto que as forças do mercado não tendem automaticamente à harmonização, a questão central é encontrar o equilíbrio entre a função de planejamento e coordenação e o espaço vital para a criatividade individual e coletiva.

A vantagem do sistema democrático é oferecer possibilidades concretas de internalizar os custos ambientais e sociais em um processo permanente de negociações e de mediação de conflitos entre todos os atores sociais. Não se trata, portanto, de optar entre uma constelação dicotômica de Estado *versus* mercado, mas de encontrar os caminhos para evitar uma confrontação direta com os agentes das globalizações, enquanto se procura reforçar e estabilizar a capacidade fiscal da administração pública, frente à desregulação e à mobilidade transnacional do capital financeiro e industrial.

Talvez o desafio maior para os governantes e administradores públicos em todos os países e, particularmente, nas sociedades em busca de seu desenvolvimento, seja encontrar meios e caminhos para induzir e transmitir à população e sobretudo às camadas mais privilegiadas sentimentos de identidade, de solidariedade e de responsabilidade comum, a partir dos quais são estruturadas as relações sociais de participação democrática no processo político.

III O Novo Paradigma Técnico-Econômico

Postula-se que as raízes da maioria dos problemas ambientais são primariamente de natureza social e política. Apesar de tecnologias específicas e diferenciadas serem necessárias para solucionar diferentes problemas ambientais nos países em desenvolvimento, a maioria deles pode ser solucionada com tecnologias existentes e acessíveis, desde que haja vontade política e certas condições de coesão e solidariedade estejam presentes na estrutura social.

Recentes estudos e trabalhos elaborados para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced) tendem a enfatizar fortemente o papel determinante da tecnologia (avaliação, transferência, gerenciamento e pesquisa e desenvolvimento P&D) em práticas ambientais eficazes.

Esta visão requer uma análise mais objetiva da relação entre ciência, tecnologia e meio ambiente. Definitivamente, existe a necessidade de uma abordagem mais sistêmica: o desenvolvimento tecnológico não deve ser tratado como uma variável separada ou isolada. Opções tecnológicas são também escolhas políticas, e as decisões tomadas sobre seleção, transferência, incorporação e assimilação de tecnologias não são politicamente neutras.

Tecnologias que introduzem e difundem práticas ambientais eficientes são bem conhecidas mas, por mecanismos perversos, os custos ambientais são socializados enquanto os benefícios da exploração de recursos não renováveis e até da deterioração ambiental são encampados por grupos de interesse privados. Desta forma o cálculo ambiental convencional de índices de produtividade ou eficiência e competitividade não será um critério suficiente para a igualdade social e a aceitabilidade técnica de certas práticas ambientais.

A crise do sistema industrial não é um fenômeno transitório. O paradigma industrial que surgiu no início do século, caracterizado por grandes unidades de produção que fabricavam bens de consumo para mercados de massa relativamente homogêneos, está sofrendo uma profunda transformação devido a inovações tecnológicas e a novas formas de organização do trabalho. No paradigma convencional, o grande volume de produção de massa exigia ma-

quinário e equipamento dedicados, rígida especialização de tarefas e operações de trabalho, como foi formulado no estudo do tempo e do movimento de Taylor. A coordenação era assegurada por um sistema de gerenciamento hierárquico autoritário. Os primeiros sinais de vulnerabilidade começaram a surgir com o espetacular avanço das indústrias japonesas, que suplantaram as concorrentes norte-americanas em eficiência e qualidade e conquistaram a liderança de alguns dos mais dinâmicos setores da economia internacional baseadas em inovações de alta tecnologia.

As evidências apontam para o surgimento de um novo paradigma industrial-tecnológico que deixa para trás instalações, equipamentos e processos de trabalho da era 'fordista'. As implicações e conseqüências desta transformação devem ser cuidadosamente analisadas por NIC's (PRI — países recém industrializados) e LDC's (PMD — países menos desenvolvidos) na definição de estratégias e diretrizes para suas políticas industriais e tecnológicas. As características fundamentais do novo paradigma — integração sistêmica, flexibilidade e inovação incremental baseadas na competitividade em toda a economia internacional — criam oportunidades de grandes saltos por parte dos LDC's, que talvez não tenham mais de enfrentar enormes investimentos de capital fixo do paradigma fordista anterior, baseado em maquinário eletromecânico .

A característica básica do novo paradigma industrial não é uma fábrica totalmente automatizada, mas um sistema de gerenciamento que processe e absorva continuamente as inovações incrementais ou secundárias, elevando os níveis de eficiência e competitividade. Em outras palavras, as tecnologias modernas não substituem mas, sim, dependem de mão-de-obra qualificada, bem treinada e motivada. A menos que a introdução de maquinário e equipamento novos seja precedida e acompanhada pela reorganização e descentralização dos meios de produção e de tomada de decisões, os custos de produção podem aumentar, e o conjunto — empresa, escola, instituições, etc. — perde em eficácia.

Na produção industrial, o novo paradigma se caracteriza pela conjunção da automação flexível com a gerência computadorizada, a organização do trabalho com círculos de qualidade e autocontrole, e a combinação entre a descentralização dos processos produtivos e o fluxo contínuo de informações e da circulação física entre as esferas

que constituem o ciclo do produto. Esses rearranjos estruturais permitem as substituições, com vantagens, da rigidez da fabricação em grande escala de produtos estandartizados por pequenos lotes reprogramáveis, possibilitando a descentralização geográfica dos estabelecimentos fabris.

As características do novo paradigma incluem:

- uma forte tendência a intensificar o uso do conhecimento e da informação, em oposição à intensidade material e energética predominante no paradigma fordista de produção industrial;

- a emergência da flexibilidade como principal característica do processo de manufatura, que assim vem a desafiar o conceito tradicional de economias de escala como uma condição necessária para aumentos de produtividade; e

- a difusão de um novo conceito de eficiência organizacional, baseado na "sistemização" em vez de na automação.

Por conseqüência, a "eficiência coletiva" de grupos e organizações torna-se mais importante do que o desempenho competitivo individual, superenfatizado pelas práticas tayloristas que separam a concepção e o planejamento da execução do trabalho.

IV A Centralidade do "Trabalho" na Prospectiva Social

Para estudar e compreender os fenômenos complexos da vida humana, torna-se necessária a elaboração de um referencial conceitual e metodológico que contemple e destaque as interações entre as variáveis derivadas de diferentes áreas do conhecimento e da *praxis* social. Assim, a análise do novo paradigma técnico-econômico não deve restringir-se aos seus impactos na empresa industrial. Embora em ritmo e intensidade diferentes, as transformações decorrentes do novo paradigma acabam atingindo todas as esferas e grupos sociais e produzindo uma variedade de visões, interesses e racionalizações dentro de um espectro pluralista e multidimensional.

Representaria o taylorismo uma reversão da tendência alienadora e predatória tão marcante no trabalho e na organização industrial dos últimos dois séculos? E, no caso afirmativo, como se farão sentir os efeitos da busca de qualidade e de competitividade, mediante o melhor preparo da força-de-trabalho, no sistema educacional? Seria possível levantar a hipótese de uma relação linear entre os requisitos das novas técnicas e formas de organização do trabalho e as aspirações dos educadores de se voltar a atribuir ao sistema educacional a função de "socialização", no sentido mais amplo de conhecimentos sobre a natureza, a sociedade e o papel do indivíduo? Ou, como postulado por críticos do sistema industrial moderno, estaríamos no limiar de uma transformação que tende a superar a dicotomia clássica entre trabalho intelectual e manual, entre o pensar e o executar?

Ao contrário das teses de "recursos humanos para o desenvolvimento" e de "economia da educação", neste ensaio a educação é concebida como o processo de formação de atitudes, a internalização de normas de comportamento e de valores fundamentais para a auto-realização do indivíduo, não somente em sua carreira profissional, mas também para encontrar sentido e significado em sua vida. Estes só podem ser alcançados pelo trabalho, distinto do "labor" ou da atividade meramente física.

A cultura ocidental foi toda permeada pela visão bíblica do trabalho como maldição, reforçada pelos críticos do sistema de produção fabril emergente após a revolução industrial, durante os últimos dois séculos. O novo modelo produtivo estaria em condições não somente de melhor qualificar o trabalhador, mas também de restaurar-lhe os sentimentos de pertencer, de identidade e, com isto, de estabilidade e segurança. Estaria mudando a prática das empresas que, diante da queda da demanda ou em conseqüência da automação, não hesitam em tornar redundantes e desempregados indivíduos em plena idade produtiva? Entretanto, parece mais do que evidente que a sociedade tornar-se-á "sustentável" somente quando a maioria de seus membros encontrar atividades materialmente gratificantes, sem dúvida, mas também de acordo com as tradições, os valores e o conteúdo simbólico de sua cultura.

Na análise da relação entre trabalho, educação e desenvolvimento é impossível abstrair os condicionamentos sociopolíticos e culturais

do ambiente em que vivemos, trabalhamos e construímos os nossos sonhos, crenças e, por que não, nossos preconceitos, que acabam impactando nosso comportamento individual e coletivo. Contudo, esta visão do trabalho como fator estruturador das relações sociais, presente nas análises sociológicas de Marx, Durkheim e Weber, passou a ser crescentemente questionada, a partir de posturas críticas, sobretudo na segunda metade deste século. Estudiosos dos problemas do trabalho, como Friedmann, Naville, Touraine, ainda presos ao modelo dássico do operário industrial alienado e desqualificado, apontaram as contradições e conflitos profundos decorrentes da condição existencial de ser trabalhador em um mundo dominado pelo capital.

Como sobreviver em uma sociedade que nega a contingentes cada vez mais numerosos o acesso ao trabalho e, com isso, ao consumo mínimo, à informação e à participação política? É possível conquistar os direitos à cidadania sem ter um emprego?

Por outro lado, mesmo aqueles que conseguissem manter-se empregados não escapariam dos efeitos da desqualificação e da deterioração das condições de trabalho em termos de segurança e estabilidade, devido à introdução de novas tecnologias, à mobilidade do capital e à conseqüente internacionalização da produção, do comércio e dos investimentos. A complexidade e as facetas multidimensionais da problemática são ressaltadas ao enfocar as mudanças introduzidas nos processos produtivos, na organização e gestão das empresas, a partir do novo paradigma e, particularmente, da microeletrônica. Após dois séculos de eminência e destaque ao trabalho industrial, estaríamos realmente no ponto de dizer "adeus ao proletariado"? [Gorz (1982)[E, neste caso, quais as implicações para o sistema educacional?

V Educação para qual Trabalho?

O debate sobre a educação permanente tem-se polarizado em função de duas posições doutrinárias bem distintas: de um lado, encontram-se os defensores do paradigma de "recursos humanos para o desenvolvimento e da economia da educação, associados aos tecnocratas preocupados com o planejamento, a fim de alimen-

tar o sistema de produção com mais um "insumo": no outro lado alinham-se os idealistas voluntaristas que encaram a educação como o instrumento predileto da democratização, da mudança social e da realização pessoal. A polêmica ressurgiu na década de 80, com o avanço impetuoso de tecnologias derivadas da microeletrônica (comando numérico, automação, computadorização na indústria e nos serviços) em função de seus impactos sobre o nível de emprego, qualificação e desqualificação de certos segmentos da força de trabalho, bem como seus requisitos em termos de reorganização do leiaute das plantas, dos sistemas e hierarquias técnicas e administrativas e das comunicações internas à empresa.

A teoria do capital humano, encarando a produtividade como função derivada da formação e qualificação profissionais, procura justificar os investimentos em educação de um ponto de vista econômico sem, contudo, atentar para aspectos socioculturais, tais como o nível de saúde, de habilitação e de motivação da força de trabalho. Esse reducionismo economicista, que enfatiza a educação como investimento e propõe um planejamento centralizado para resolver os problemas de formação e qualificação da mão-de-obra face às necessidades do mercado de trabalho, torna-se inócuo ou inadequado à medida que abstrai as tradições e valores culturais da população e não se integra a um conjunto de políticas e diretrizes que visam melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

A importação de teorias e modelos de planejamento para uma política nacional da formação de mão-de-obra não atende às especificidades dos problemas nos países em desenvolvimento, que se caracterizam, via de regra, por uma carência tremenda no ensino básico, considerado fundamental para uma formação profissional posterior e uma eventual reciclagem ou um treinamento contínuo.

Por outro lado, a concepção idealista, que atribui à educação (entenda-se escolarização em diversos graus) a função de panacéia e de fator de mudança social, apresenta uma visão a-histórica e distorcida da organização e da evolução sociais. Escolas — como instituições de instrução formal — constituem fenômenos relativamente recentes na história das sociedades ocidentais e orientais, e o benefício do ensino universal e gratuito foi conquistado no fim do século passado, nos países capitalistas industrialmente desenvolvidos. Durante o mais longo período da história da espécie humana, a

educação, entendida como socialização ou transmissão de costumes, normas de comportamento e valores sociais, tem sido proporcionada informalmente pela família, pelos pares do grupo de idade e pelos membros do clã ou da tribo.

Vista sob este ângulo, cabe à educação a função precípua de manter, perpetuar e reproduzir as estruturas sociais, à medida que transmite os padrões de conduta e treina para os papéis socialmente desejáveis, tornando-se, assim, fator de manutenção do *status quo* em vez de fator de mudança do sistema sociopolítico. Criticando o sistema educacional da sociedade capitalista, que formaria consumidores dóceis e submissos, Ivan Illich (1973) conclama para a abolição ou simples eliminação das escolas, propondo a volta à socialização espontânea, em grupos de convívio.

Foi, todavia, nas últimas décadas, à luz da aceleração da produção e difusão de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, que o modelo convencional de uma educação que conserve, reproduza e transmita um saber e uma cultura "acabados" passou a sofrer críticas mais profundas, dirigidas também às instituições que a sustentam. De fato, o desenvolvimento das ciências no período pós-guerra, especialmente dos conhecimentos sobre a natureza e os seres vivos, ultrapassou de longe tudo que foi descoberto na milenar história de espécie humana. A cada ano são publicadas dezenas de milhões de páginas de relatórios científicos, que se refletem no conteúdo e na forma da educação práticas. Não se afigura mais possível "educar" despejando conhecimentos em cabeças vazias, tendo como objetivo formar leitores de catálogos e de manuais. Abandonando a pedagogia tradicional, repetitiva, monótona e repressiva, tornar-se-ia prioritário e fundamental o desenvolvimento da reflexão crítica e da curiosidade intelectual, resultando numa formação científica e cultural em especialização estreita segundo determinadas vocações profissionais. Postula-se a necessidade de desenvolver uma concepção e práticas educacionais inovadoras, em função das tendências tecnológicas e econômicas da sociedade industrial.

Contudo, se o objetivo for preparar os trabalhadores para uma participação ativa e responsável, é necessário criar condições com difusão da informação e do conhecimento para uma verdadeira

democratização da sociedade, evitando-se a centralização do saber que constitui a base do poder da tecnocracia.

Caberia à universidade um papel central na criação de um potencial científico-tecnológico que, por sua vez, induziria maior racionalidade ao sistema produtivo, à administração pública e à vida social e política em geral. A comunidade científica exige e defende a autonomia da pesquisa, pois somente na mais absoluta liberdade, sem restrições ou imposições econômicas ou políticas, seria possível produzir conhecimentos objetivos, politicamente neutros e, portanto, "racionais", a partir dos quais seria possível realizar as transformações necessárias ao advento de uma sociedade democrática. Vista em retrospectiva histórica, a difusão do modo tecnocrático da organização do trabalho e da sociedade nos leva a duvidar das conseqüências desta suposta "racionalização". Como assegurar a utilização prioritária da racionalidade técnica para a solução dos problemas que afligem três quartos da população mundial nos países menos desenvolvidos? Ou devemos admitir que o objetivo principal da racionalização crescente do sistema produtivo fosse produzir para acumular?

A pretensa neutralidade da ciência e a instrumentalidade da tecnologia parecem ilusões, ou melhor, fazem parte do imaginário social da nossa época, em que se postula a expansão ilimitada de uma pseudo-racionalidade em um mundo em que os conhecimentos científicos e tecnológicos são postos a serviço da dominação e da exploração.

Caracterizado o desenvolvimento pela acumulação do capital ou o crescimento das forças produtivas, a aplicação de conhecimentos científico-tecnológicos ao processo de produção leva inevitavelmente à racionalização (no sentido de racionalidade formal ou de meio-fim) de todas as esferas da vida social, na economia, na administração, na educação e na cultura. Imposta como ideal, essa racionalidade funcional leva à dominação e à exploração e procura demonstrar a cada instante a impossibilidade de o ser humano alcançar sua autonomia, desenvolver sua criatividade e determinar sua própria vida.

As conseqüências, no nível da aprendizagem, apontam para uma generalização de padrões de comportamento individualistas e

pouca participação e cooperação em atividades coletivas, condicionados por uma falta de consciência crítica quanto às fontes e o conteúdo das informações, dos objetivos e métodos e, sobretudo, a ausência de motivação interna.

Em um mundo de mudanças rápidas e contínuas, nem os conhecimentos acumulados nem a conduta "correta" são tão importantes quanto a capacidade crescente do estudante de identificar os problemas reais e de pesquisar soluções originais e criativas. Observação e interpretação coletivas constituem a experiência de aprendizagem mais valiosa, conduzindo à comunicação, participação e interação solidária, baseadas em consenso e "eficiência coletiva".

Esse processo estimula o desenvolvimento de hábitos de observação, interpretação, avaliação e extrapolação em todos os membros do grupo. Entre os resultados mais prováveis dessa abordagem em nível coletivo encontraremos: uma forte motivação para a cooperação em busca de soluções de problemas comuns; a utilização de tecnologias "apropriadas" e/ou a criação de tecnologias culturalmente compatíveis com a realidade e as tradições; e, finalmente, a resistência à dominação autoritária, interna e externa à comunidade, combinada com aspirações permanentes de preservar tradições e valores que reforcem a solidariedade e, assim, as tendências em direção da autonomia e da sustentabilidade.

VI Em Direção a uma Sociedade Sustentável

A crise ambiental, associada aos problemas políticos e econômico-financeiros que assolam praticamente todos os países, leva ao questionamento do paradigma desenvolvimentista dominante (o *trickle-down effect*, a partir de um crescimento econômico vigoroso). Seus impactos destrutivos sobre os recursos materiais e degradadores de parcela cada vez maior da população mundial permeiam paulatinamente todas as sociedades e estão a exigir alternativas urgentes.

Os fracassos das doutrinas econômicas e dos instrumentos de intervenção por elas preconizadas ampliaram os impactos da crise para a esfera da legitimidade das políticas públicas, dos partidos tradicionais e da organização burocrática do Estado e de seus aparelhos

ideológicos. Assim, a problemática do desenvolvimento não pode ser restringida a questões ecológicas apenas, nem a políticas monetárias, fiscais ou cambiais. Questiona se toda a racionalidade social baseada no cálculo econômico que exacerba as contradições internas e externas às sociedades. Para maximizar o retorno sobre o investimento, estimula-se e incentiva-se a concorrência ilimitada, a busca do aumento de produtividade, sem preocupação com as conseqüências sociais dessa corrida desenfreada (desemprego, desestruturação de famílias, etc.) e seus efeitos destrutivos e poluidores do meio ambiente.

Ao mesmo tempo, ocorre uma reestruturação da economia mundial e uma redistribuição dos recursos produtivos, seja dentro dos territórios nacionais, seja no âmbito de espaço internacional. Os agentes mais dinâmicos do processo de globalização não são os governos nem os representantes dos parlamentos dos países que formaram mercados comuns em busca da integração econômica. As forças mais ativas e poderosas da economia global são os conglomerados e corporações transnacionais que efetivamente dominam e controlam a maior parcela da produção, do comércio, das finanças e da tecnologia de ponta internacionais.

Tendo surgido como fenômenos raros e isolados na virada do século passado, as grandes corporações passaram por um período de rápido crescimento e expansão após a Segunda Guerra Mundial, que resultou em aceleração ininterrupta da acumulação e da concentração de capital. Os ativos controlados por um número relativamente restrito de organizações,[1] sua mobilidade e grande liquidez representam fontes permanentes de pressão exercida sobre os governos dos Estados nacionais.

Estes vêem diminuindo gradualmente sua capacidade de impor e arrecadar impostos e tributos, enquanto aumentam as demandas e clamores dos segmentos mais pobres da população, privados do mínimo necessário para a sobrevivência. O aumento contínuo de pessoas sofrendo fome, desnutridas e sem abrigo, sem acesso à educação e aos serviços de saúde e, por isso, incapazes de ingressar

[1] Um estudo da Unctad estima que cerca de 37 mil corporações com mais de 200 mil filiais e 73 milhões de trabalhadores no mundo controlariam mais de 50% da produção e mais de 65% do comércio mundiais.

no mercado de trabalho configura a característica mais dramática e assustadora da situação atual, agravada por um estado permanente de insegurança e instabilidade social e política. Devido à recessão prolongada, os pontos focais de insatisfação e as reivindicações populares tendem a escapar do controle do aparato do Estado e das burocracias dos partidos políticos tradicionais. As disputas dos grupos de interesse e das clientelas por fatias de um bolo minguante se tornam mais acirradas, o que leva à adoção de políticas contraditórias e freqüentemente irreconciliáveis.

Neste contexto, uma constelação de forças políticas internas e externas limita o alcance das possíveis alianças em torno de um projeto de desenvolvimento "nacional". O relativo equilíbrio das forças políticas, apesar de instável e mutante em termos de alianças eleitorais, sugere para os próximos anos um cenário de *muddling through*, com tensões e conflitos internos, regionais e internacionais. Contudo, a emergência do novo paradigma técnico-econômico, a crescente complexidade das sociedades modernas e seus elos globais representam não só desafios como também novas oportunidades para a construção e difusão de um estilo de vida democrático e pluralista.

Paralelamente à tendência global à centralização e ao controle dos sistemas políticos, culturais e econômicos por grandes e complexas organizações — privadas e públicas, nacionais e estrangeiras — verifica-se uma tendência na história social contemporânea de se construir sistemas e instituições auto-organizados, fundamentados em informações compartilhadas, fluxos bilaterais de comunicação participação baseadas em identidade individual e coletiva. As relações assim criadas conferem mais eficácia ao planejamento e coordenação na implantação de políticas públicas em todas as esferas. Outra vantagem desse sistema mais democrático é a possibilidade de internalização dos custos ambientais e sociais, em um processo permanente de negociação e mediação de conflitos, por todos os atores sociais.

Ao pensarmos a sociedade sustentável, em vez do desenvolvimento sustentável, não se deve confundir certos padrões de descentralização, desregulamentação, privatização e competição selvagem com a democracia. Votos e preços podem constituir sinal

necessários para corrigir decisões, mas não são condições suficientes para uma sociedade democrática e sua sustentabilidade.

Por outro lado, o desperdício de um imenso potencial produtivo sugere a necessidade de uma redistribuição das oportunidades de trabalho e de obtenção de renda de modo mais eqüitativo por todo o período da vida. A luta desenfreada por empregos num mercado de trabalho em recessão obriga os jovens a permanecer por mais tempo nas escolas, primeiro para evitar e, depois, para vencer a competição com os trabalhadores de mais idade.

Para transformar o sistema educacional atual, orientado exclusivamente para as necessidades do mercado e do sistema produtivo, em educação permanente, em função das vocações e aspirações individuais, seria necessária essencialmente uma distribuição mais democrática do "saber" e, com isto, do acesso a melhores empregos e à participação cultural e política. Nas condições estruturais e conjunturais das sociedades de desenvolvimento tardio, a democratização do ensino e sua extensão sob a forma de educação permanente são inconcebíveis sem mudanças profundas na distribuição social da riqueza e do poder. Recorrendo a experiências históricas recentes ou remotas, é difícil imaginar que tais reformas fossem concedidas voluntariamente.

A conquista da democracia exige que limites e controles sejam impostos ao financiamento de campanhas políticas por grandes organizações, bem como à expansão desmedida de *lobbies* junto ao governo e suas agências. Essas medidas, apoiadas e fortalecidas por um sistema de comunicação de massas livre e independente, poderiam assegurar a democratização progressiva das sociedades nacionais, condição prévia para a democratização das instituições internacionais, convocadas para preparar o caminho e assegurar a transição para nosso futuro comum.

Paralelamente, o uso generalizado da microeletrônica e da telemática impactou e modificou também profundamente o funcionamento dos mercados financeiros, sobretudo quando encontra condições estruturais e institucionais favoráveis como a desregulação, a flexibilização dos mercados e a acirrada concorrência por investimentos estrangeiros, todos contribuindo para a internacionalização da economia mundial. Os efeitos dessa tendência à integração econômico-

financeira se fazem sentir em todas as esferas da vida sociopolítica e cultural, sob a forma de aumento e expansão das redes de comunicação, das viagens de turismo e de negócios, de reuniões internacionais, oficiais e de ONG's, que tratam do meio ambiente, dos direitos humanos e da pobreza em todas as regiões do mundo. Assim, cria-se e difunde-se uma nova mentalidade e novas visões que permeiam crescentemente o imaginário e a *praxis* existencial das populações que buscam, em inovações políticas e administrativas, respostas construtivas aos problemas e desafios da sobrevivência.

Como todos os fenômenos da evolução social, também a globalização insere aspectos positivos e negativos e dá origem a tensões e conflitos entre o antigo e o novo, as tradições e a modernidade, levando os defensores extremistas desses tendências opostas à rejeição dos "outros" e à confrontação na arena política.

Caberia aos cientistas sociais, a partir da análise e interpretação dessas tendências históricas, expor e transmitir aos movimentos populares e às forças democráticas a irreversibilidade e a oportunidade das transformações em curso e as possibilidades de sua incorporação às propostas de reordenamento e mudança das políticas econômica e institucional.

Porque, em última análise, a globalização surge em um momento histórico como resposta aos problemas ambientais, populacionais, da miséria e da opressão, cuja superação exige esforços de cooperação em nível internacional.

Fica a cada dia mais patente que um novo paradigma de desenvolvimento tornar-se-á viável somente com a adoção de um estilo de vida alternativo, mais austero e racional em termos do uso dos recursos naturais e culturais, distribuídos mais eqüitativamente pelo espaço geográfico-político nacional, regional e internacional.

Assim, sabiamente conduzida e orientada, a globalização contribuirá decisivamente para a construção do ideal acalentado ao longo dos séculos —uma humanidade solidária e pacífica.

Bibliografia

AMIN, S. El futuro de la polarización global. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 132, julho-agosto 1994.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista, a degradação do trabalho no século XX*. — Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BROWN, S. *International relations in a changing global system*. — Oxford: Westview Press, 1992.

CORIAT, B. Tecnologia e Sociedade. *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 19, n. 9, 1988.

DABAT, A. Globalización mundial y alternativas de desarrollo. *Nueva Sociedad*. Caracas, n. 132, julho-agosto 1994.

FRIEDMANN, G. *Où va le travail humain?* — Paris: Gallimard, 1950.

____. *O trabalho em migalhas*. — São Paulo: Perspectiva, 1950.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. — Rio de Janeiro: Forense, 1982.

HIRATA, H. *et al. Sobre o modelo japonês*: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. — São Paulo: Edusp, 1993.

ILLICH, J. *Sociedade sem escolas*. — Petrópolis: Vozes, 1973.

KEHOANE, R. e NYE, J. *Power and interdependence. World politics in transition*. — London: Scoth Foreman and Co, 1989.

MANDEL, E. *Der Spätkapitalismus*. — Frankfurt a/M, Suhrkamp, 1972.

NAÇÕES UNIDAS. *Transnational corporations in world development*. — New York, 1989.

PAIVA, V. e RATTNER, H. *Educação permanente e capitalismo tardio*. — São Paulo: Cortez, 1985.

PIORE, M. e SABEL, C. *The second industrial divide*. — New York: Basic Books, 1984.

RATTNER, H. Educação permanente na era da informática. *In:* PAIVA, Vanilda *et al. Educação permanente e capitalismo tardio*. — São Paulo: Cortez, 1985.

____. *Impactos sociais da automação*: o caso do Japão. — São Paulo: Nobel, 1988.

____. Comércio e desenvolvimento nas sociedades contemporâneas. *Revista Politécnica*, n. 212/213, p. 66-73, 1994.

____. Sobre o futuro do trabalho. *In:* FERRETTI, C.J. *et al. Tecnologia, trabalho e educação*. — Rio de Janeiro: Vozes, 1994 p. 77-83.

REICH, R.B. *The work of nations*. — New York: Knopf, 1991.

SALM, C. *Escola e trabalho*. — São Paulo: Brasiliense, 1980.

TESH, S.N. *Hidden arguments*: political ideology and disease prevention policy. — New Brunswic/London: Rutgers University Press, 1990.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. — São Paulo: Pioneira, 1967.

WOOD, S. *et al. The transformation of work*. — Londres: Union Hyman, 1988.